

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Aos dezoito dias do mês de fevereiro de dois mil e dezassete, pelas nove horas, no Auditório Dr. Manuel Faria, na Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, convocada nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 30.º do Anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, presidida pelo Deputado Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda, tendo como primeiro e segundo secretários, Maria Teresa Lavandeira de Araújo Pimenta Paço e Domitila de Fátima Morais Branco, respetivamente. -----

----- Após declarada aberta a sessão o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal começou por informar que a Senhora Deputada Carla Maria Bravo Franco solicitou a sua substituição, ao abrigo do artº 5º do Regimento da Assembleia Municipal, tendo sido substituída pela Senhora Deputada Marisa Susana Velho, em conformidade com o previsto no artº 6º do referido Regimento. -----

----- De seguida, procedeu-se à chamada dos senhores deputados municipais, verificando-se a ausência dos Senhores Deputados José Joaquim Almendra e Horácio Alberto Pinto. -----

----- Verificada a existência de Quórum na Assembleia Municipal procedeu-se à continuidade dos trabalhos. -----

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento de toda a correspondência recebida desde a última sessão, colocando-a ao dispor dos interessados para consulta. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou os Deputados Municipais que estava presente a ata da quinta sessão ordinária, realizada no passado dia dez de dezembro de dois mil e dezasseis para ser submetida a aprovação. -----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou a ata da quinta sessão ordinária à votação, tendo sido deliberado, **por maioria**, dos vinte e cinco Deputados presentes, com vinte e quatro votos a favor e uma abstenção, do Senhor Deputado Mário Telmo Legoinha, aprovar a referida ata. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- A Senhora Deputada Maria Manuel Cunha usou da palavra começando por dizer que em nome da bancada do PS nesta Assembleia Municipal, congratular vivamente o Executivo pela classificação em primeiro lugar pelo terceiro ano consecutivo no índice de transparência municipal. Disse que vem em nome da bancada do PS mas julga que pode falar em nome de todos os cidadãos do Concelho, porque acredita que todos devem sentir um grande orgulho ao ouvir falar do nosso Município a nível nacional por motivos tão bons e tão positivos. Como todos deverão saber, disse, este índice tem vindo a ser calculado por uma associação cívica designada “transparência e integridade”, que conta na sua organização com especialistas da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, do Instituto Superior Técnico de Lisboa, entre muitas outras entidades que quanto a si lhe conferem toda a legitimidade. Continuando, disse, este índice baseia-se na informação disponibilizada pelos municípios nos seus websites e tem em conta setenta e seis indicadores agrupados em sete dimensões que vão desde a informação sobre a organização, à transparência na área do Urbanismo, passando por planos e relatórios e pela contratação pública. Por muito que haja vontade ou necessidade de minimizar a relevância desta distinção ela é um sinal claro que este Executivo junto com todos os seus colaboradores, assumiu como prioridade a transparência nas suas ações, goste-se ou não delas, concorde-se ou não com elas. Este Executivo e todos os seus

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

colaboradores, porque isto não é o resultado de uma pessoa só mas sim do empenho de todos os que assumiram esta atitude, comprometeu-se a dar aos cidadãos o que é deles por direito, ou seja, o acesso à informação, a toda a informação que diz respeito às contas e à vida deste Município e que deve estar ao alcance das pessoas, pena é que assim não seja em todos os Municípios do país, pena é que se tente descredibilizar um trabalho de uma associação cívica num Estado Democrático, que faz serviço público e que trabalha para despertar consciências. Pena é, referiu, que se tente olhar para isto ao contrário e que se tente desvirtuar um trabalho meritório que deveria ser replicado. Esta distinção não é certamente um sinal inequívoco de nova vitória deste Executivo nas próximas eleições, esta distinção é sim um claro sinal de que este Executivo tem trabalhado muito e tem trabalhado bem, e só não consegue ir mais além porque antes de o mesmo assumir funções é que havia muito nevoeiro no ar e há, porque quando o Executivo assumiu funções, o nevoeiro era denso. Disse que, pessoalmente não gosta de repisar o passado porque viver do passado é museu. Disse que gosta mais de falar do presente, do trabalho, sempre a pensar em compor o passado para tentar assegurar o futuro, e esse trabalho, goste-se ou não da forma, devem-se atribuições e distinções como esta e por isso dá os seus sinceros parabéns ao Executivo e a todos os colaboradores por mais este galardão. Esta distinção, disse, só é demonstrativa da seriedade, responsabilidade e valor deste Executivo e enche-a de orgulho ver a sua terra, o seu Concelho e o seu Executivo ser falado por este País fora, pelas melhores razões. -----

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Luís Terêncio, começando por referir que este ano se deu ao trabalho de pesquisar um pouco mais sobre o prémio “Transparência e Integridade”, dizendo que os prémios, como qualquer prémio, vale o que vale, e este prémio tem sim duas grandes dimensões: uma que é efetivamente, que a Deputada Maria Manuel falou, que tem a ver com um prémio que deve ser também recalcado nas pessoas de todos os trabalhadores da Câmara Municipal, e quando diz todos, não é os trabalhadores retirando o Executivo, porque para ele o Executivo faz parte destes trabalhadores, e eles, sim, diariamente trabalham na Câmara, merecem a consideração de todos, e por outro lado, ele que está fora, era muito bom as pessoas irem ter com ele, sabendo que é de Alfândega e Alfândega ter esta dimensão a nível nacional, falando-se depois, de um município e de um Concelho pequenino, comparativamente a muitos outros que também estavam neste concurso. Disse que se deu também ao trabalho de tentar perceber o que a Associação de Municípios e outras coisas, mas que não vai por aí, porque levaria a outras discussões mais longas, mas deixa aqui esta nota destas duas dimensões, para os trabalhadores e para o Concelho enquanto notícia a nível nacional. -----

----- Posteriormente, o Senhor Deputado Luís Terêncio disse ter duas perguntas a fazer ao Executivo: uma tem a ver com aquilo que são as estratégias ao nível de ações e de promoção do Concelho, referindo-se por exemplo, à prova Kilómetro Vertical, prova que foi mais uma vez cancelada, pelo que gostaria de perceber porque é que foi cancelada, pois já não é a primeira vez que se aposta uma prova deste dimensão, que traz custos e cancelar tem o custo financeiro e tem o custo da imagem do nosso Concelho. Disse que ele próprio tinha um grupo de quinze pessoas para participar na prova e já não vêm. Eram quinze pessoas que vinham a Alfândega, todas elas nunca tinha estado em Alfândega, conseguiu-os convencer, vinham dormir cá, comer cá e já não vêm, e assim nunca mais volta a conseguir trazer essas quinze pessoas, ou seja, convencê-los a vir a uma prova destas, pelo que gostaria de saber qual a razão para cancelar a prova. A outra questão tem a ver com o Orçamento Jovem, a Câmara este ano, ao contrário daquilo que aconteceu nos anos anteriores, não tem um Orçamento participativo Jovem, razão pela qual estranham este ano não existir e gostaria de saber os

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

motivos pelos quais os Orçamentos participativos de 2015 e 2016 não terem sido executados, o hostel em Valpereiro e o Parque Infantil, no lugar do Vale do Abade, em Alfândega da Fé. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra, começando por agradecer os parabéns de muitas pessoas, Alfandeguenses e não só, relativamente ao Índice de Transparência, dizendo que isto é um galardão que honra Alfândega da Fé. Continuando, referiu que descartando as infelizes declarações do Senhor Presidente da Associação Nacional de Municípios, que não falou em nome de todos os municípios, talvez tenha falado do município dele que está lá para baixo, e que não concorda em absoluto com o facto de ele dizer que uma organização particular não tem autoridade para fiscalizar uma instituição pública, quando isso é exatamente o contrário, pois a Câmara de Alfândega gostaria que houvesse muitas organizações particulares não governamentais, como esta, ou seja, uma ONG internacional que é conhecida a nível de todo o mundo, que é a transparência internacional, vem dizer que não tem credibilidade ou que não deve fiscalizar. A Câmara de Alfândega da Fé acha que a democracia é exatamente a capacidade de os cidadãos fiscalizarem as instituições públicas e isso faz parte da democracia e é bom para a democracia, e, por isso, não se pode estar mais em desacordo com o que disse o Senhor Presidente da Associação Nacional de Municípios. Disse que o índice de transparência significa o que significa, e o que significa é que há municípios que disponibilizam toda aquela informação no “site” e há outros que não disponibilizam é porque não querem ou acham que não é importante que os munícipes tenham acesso ou têm outras prioridades. Disse que o nosso Município logo no primeiro ano, ficou em segundo lugar porque desde o início, mesmo antes deste índice, o Executivo tinha como política colocar a informação à disposição dos munícipes e, não foi por acaso que quando este Executivo assumiu funções, praticamente não havia “site”, estava em construção e já há quatro anos o município ficou em segundo lugar neste índice, antes de ter havido qualquer incentivo, o que significa que esta já era a política do Executivo. Referiu que isto é um trabalho de todo o Município, é um trabalho que foi preciso organizar, dividir tarefas e responsabilizar e as pessoas assumiram isto também como uma tarefa delas e só assim se conseguiu chegar onde se chegou. Disse que não é o Executivo que introduz ou prepara a informação, são os serviços e as pessoas responsáveis pelas várias áreas. Continuando, a Senhora Presidente disse que em relação ao impacto nacional, isto é muito importante, como se viu num ou noutro debate em que participou, que foi sobre a transferência de competências para os municípios. Referiu que há forças políticas, no caso concreto o Bloco de Esquerda, que é um partido que no seu entender, só tem esta posição porque praticamente não tem municípios e por isso não tem muito a noção como é que as coisas funcionam, que veio dizer que era preciso ter atenção e cuidado na transferência de competências para os pequenos municípios, porque os pequenos municípios não seriam capazes e poderiam tender a politizar. Referiu que considera exatamente o contrário e este índice veio ajudar porque mostrou que muitos pequenos municípios estão no topo e muitos médios e grandes municípios estão a meio da tabela ou para baixo, o que significa que provavelmente nos pequenos municípios, os munícipes têm, até pela proximidade, maior escrutínio e conhecimento de tudo o que se passa. Disse, também, que em termos de capacidade, muitas das transferências que são agora propostas serem alargadas para as Câmaras, a nossa Câmara já as faz, dando como exemplo na área da Saúde, onde se vai além daquilo que seriam as responsabilidades, em nome das necessidades dos munícipes, como é o caso dos transportes dos doentes oncológicos, o protocolo em relação aos cuidados continuados, ter substituído serviços que deixaram de existir no Centro de Saúde em parceria com a Liga dos Amigos, para além do trabalho na área da educação e área social, onde muitas vezes a Câmara se substitui à Segurança Social. A Senhora Presidente disse depois, que é completamente a favor

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

da descentralização de competências e o Município teve a oportunidade de dizer isso mesmo, ou seja, somos capazes e somos transparentes e alguns grandes municípios provavelmente serão menos transparentes e por isso não sabe porque é que se tem esta desconfiança em relação aos pequenos municípios que seriam uma espécie de pequenas juntas de freguesia, que não têm técnicos, competências e capacidades, e isto é uma imagem que tem que se contrariar. Referiu, depois, que aparecer o nosso Município como o melhor e ser um pequeno município, não é bom só para nós, mas é bom para todos os pequenos municípios e até para o interior. Disse que os pequenos municípios são tão capazes como os outros, podem fazer tão bem como os outros, podem ter menos recursos, mas se tiverem mais, ainda farão melhor, porque isso é também uma questão de recursos. -----

----- Seguidamente, a Senhora Presidente da Câmara referindo a questão do KM Vertical, referiu que a informação que lhe foi dada é que haveria poucas inscrições, ou seja, havia doze inscrições, pelo que se os amigos do Senhor Deputado Luís Terêncio se tivessem inscrito atempadamente, a prova não tinha sido cancelada. O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo tavares, referiu que de facto havia apenas doze pessoas inscritas e como tal entendeu-se melhor não fazer a prova do que fazer uma prova com doze atletas, que considera não ser uma forma digna de promover uma atividade no nosso Concelho. Aproveitou para lançar o desafio ao Senhor Deputado Luís Terêncio e a outros Deputados que estão fora, que podem trazer gente, que este ano vai ser organizada a primeira meia-maratona da Cereja em Alfândega da Fé. Disse que tem insistido muito com os professores de Educação Física que é preciso divulgar, já a partir do mês de fevereiro, para que se possa ter uma prova com gente, com participantes e que corra bem. -----

----- Relativamente à questão do Orçamento Participativo, a Senhora Presidente da Câmara referiu que foi decidido este ano não fazer este Orçamento, porque foi feita uma alteração ao Regulamento e foi incluído um Orçamento geral que se vai começar a divulgar. Disse que se vai passar a ter um Orçamento Participativo Sénior, um Orçamento Participativo Jovem, com dez mil euros cada um, e um Orçamento Participativo Geral em que toda a gente vai poder votar. Referiu que já consta no “site” uma aplicação para votação on-line e vai-se começar a divulgação a partir de março/abril, realizando assembleias em todas as freguesias, porque a forma como se vai divulgar é um pouco diferente dos Orçamentos Participativos Jovem e Sénior, que era uma coisa menos abrangente, pelo que se vai estar em todas as freguesias, explicando o que significa, o que é que as pessoas podem fazer, realizar sessões de trabalho para ver quais os projetos que as pessoas acham importantes para a sua aldeia, para a sua freguesia, sendo esta uma primeira fase, como consta do Regulamento, e só depois haverá votação. Este ano, disse, por ser ano de eleições, só vai ser feita essa divulgação e isso também é importante no ponto de vista do Executivo, porque ao fazer este trabalho também se compromete em termos de prioridades quem esteja no próximo mandato, porque são pessoas que vão dizer o que é que acham que é mais importante para a sua freguesia e que depois vão votar. Continuou, dizendo, que cada pessoa pode votar duas vezes, ou seja, na sua freguesia e num projeto de outra freguesia, qualquer que seja no Concelho, e isto tem uma vantagem, as pessoas da freguesia vão decidir sobre a sua freguesia, mas podem pedir a outras pessoas que votem nos seus projetos, o que vai provocar mais participação. No que respeita ao Orçamento Participativo Jovem, a Senhora Presidente disse que o hostel não foi possível fazer, mas chegou-se a acordo com a pessoa que tinha ganho. Explicou que não foi possível fazer, porque era para ser feito em Valpereiro numa casa que já foi um lar, tendo a Junta dado aquele edifício à igreja para aquele fim, que entretanto fechou, e numa fase inicial a igreja esteve de acordo, mas depois disseram que não. Segundo as regras da igreja, como o Centro Social e Paroquial deixou de funcionar porque deixou de

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

haver o lar, consideraram que aquele equipamento que tinha sido dado pela Junta para aquela finalidade, devia integrar os bens da igreja. Assim, disse, os dez mil euros foram gastos no edifício da escola e agora vai ser feita uma candidatura para acabar as obras, com esse objetivo, ou seja, o dinheiro foi gasto com essa finalidade, tendo essa alteração sido aprovada em reunião de Câmara. Em 2016 quem ganhou foi uma proposta de um parque infantil para a zona do Vale do Abade, que ainda não está feito, mas que em princípio será feito este ano. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, referindo-se ao índice de transparência e integridade, disse que também ele, porque toda a gente sabe que é de Alfândega da Fé, recebeu inúmeros telefonemas e várias pessoas lhe falaram satisfeitas com o facto de Alfândega ser o número um nesse ranking. Disse que é uma satisfação para todos, mas como Presidente da Mesa, não lhe pareceu ouvir o Senhor Deputado Luís Terêncio dar os parabéns ao Executivo. Continuando, referiu que este índice de transparência foi bom para todos, é bom para o ânimo, porque falar de coisas más fala-se muito, quando são boas se se ouve falar um bocadinho há quem se incomode, mas pelos vistos nesta nossa comunidade haverá poucos ou nenhuns incomodados com isso, muito embora tenham surgido algumas interpretações do que seja este prémio e quais os critérios que levaram aos cem por cento para Alfândega da Fé. Disse que ele ficou muito satisfeito e também se inclui porque é Alfundeguense, faz parte dos órgãos autárquicos de Alfândega da Fé e mesmo que não fizesse se calhar sentia-se e estava mais à vontade para no facebook dizer aquilo que lhe ia na alma, mas não disse para não ser mal interpretado, mas está no fundo do seu coração a satisfação, seja quem for ou qual for a orientação de quem estiver no poder no nosso Município, sempre que aconteça algo de bom para Alfândega é um regozijo para todos. O Senhor Presidente da Mesa referiu depois, que Municípios como o de Alfândega aparecerem assim na imprensa nacional e internacional levanta as questões relativamente ao problema da descentralização, pois como em tudo na vida há quem esteja a favor e quem esteja contra, e é evidente que quem está mais contra são os municípios com mais capacidade orçamental e mais poder económico, que alguns deles não veem como muito boa a descentralização para todos, ou seja, queriam só eles, queriam que a descentralização só fosse se houvesse condições para que se fizesse a descentralização. Referiu, também, que a descentralização para um Município como o de Alfândega há-de ser muito bem vinda, evidentemente se vier acompanhada das respetivas verbas, porque se são dadas as competências e não derem os meios, em vez de se estar a fazer um bom trabalho seria feito um trabalho péssimo para a comunidade. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio interveio e, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Mesa, disse que na intervenção que fez anteriormente referiu duas dimensões que este prémio trouxe ao nosso Concelho, uma era a dimensão atribuída aos trabalhadores, onde inclui o Executivo, e a outra foi a dimensão da notícia onde Alfândega veiculava como estando no primeiro lugar. Posteriormente, o Senhor Deputado Luís Terêncio dirigindo-se à Senhora Presidente da Câmara referiu que colocou uma questão relativamente à prova cancelada, concretamente qual era o custo que este cancelamento tinha repercutido em termos financeiros e de imagem, tendo a Senhora Presidente respondido que custos financeiros não houve. De seguida, o Senhor Deputado Luís Terêncio referindo-se ao Orçamento Participativo Jovem, disse a explicação dada relativamente ao hostel suscita-lhe uma dúvida que é, sendo o dinheiro canalizado numa primeira fase para um determinado projeto é possível ser transferido para um outro projeto que não aquele que para o qual inicialmente estava adstrito o valor. A Senhora Presidente da Câmara referiu que o projeto foi o mesmo e o assunto foi levado a reunião de Câmara com a devida justificação. Seguidamente, o Senhor Deputado Luís Terêncio disse que ainda relativamente ao Orçamento Participativo Jovem, a Senhora Presidente falou de um Orçamento Participativo Geral,

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

pelo que pergunta porque não manter ter este geral e não manter o Participativo Geral, pelo que pergunta porque não manter ter este geral e não manter o Participativo Jovem. A Senhora Presidente da Câmara esclareceu que se não manter os Orçamentos Participativos Jovem e Sénior, com as mesmas características, e depois o Geral, ou seja, vão ficar três Orçamentos participativos. O Senhor Deputado Luís Terêncio perguntou depois se este ano não há o Jovem, tendo a Senhora Presidente esclarecido que este ano não vai haver nenhum porque se esteve em fase de transição e entendeu-se que não haveria condições para se estar agora a preparar o novo regulamento e a divulgar tudo, pelo que se achou melhor fazer esta transição, divulgar e voltar a começar no próximo ano. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal referiu que o Senhor Deputado Luís Terêncio falou acerca do índice de transparência de duas dimensões, mas depois não concretizou o resultado dessas duas dimensões, ou seja, mantém a ideia de não se ter apercebido que o Senhor Deputado tenha efetivamente terminado, depois da tal destrinça das dimensões, terminado em congratular-se ou dar os parabéns ao Executivo. Disse que pensou que estava errado mas que pelos vistos não estará. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- 1. INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O N.º 2, ALÍNEA C), DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;

----- Para conhecimento, presente uma informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, datada de 15/02/2017, previamente distribuída a todos os Senhores Deputados, da qual vai ser anexada cópia à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzida. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra começando por dizer que relativamente à informação apenas há a ressaltar duas ou três questões. Por um lado, referiu, a Câmara tinha a obrigatoriedade do ponto de vista financeiro de reduzir dez por cento ao endividamento líquido e foi reduzido mais de dez por cento, ou seja, foi reduzido mais de novecentos mil euros, tendo-se vindo a cumprir a redução conforme a lei estabelece. Por outro lado, referiu, passou-se o ano sem qualquer dívida a curto prazo, com zero dívidas a fornecedores, o que é notável num município, em que quando o atual Executivo assumiu funções tinha mais de novecentos dias de prazo médio de pagamento, ou seja, pagava em média com três anos de atraso. Agora o prazo médio de pagamento é de três dias, mas é um prazo médio do último trimestre, e além de se ter um prazo médio de pagamento de três dias, conseguiu-se passar o ano com zero dívidas a fornecedores. Disse, ainda, que no Anuário Financeiro, que é uma publicação que todos os anos analisa as contas e a gestão dos municípios, Alfândega da Fé ficou no ranking do distrito em quinto lugar. Esse Anuário Financeiro diz respeito a 2015 e em 2016 o município ainda vai estar melhor. Continuando, referiu, a avaliação tem por base dez indicadores e o nosso Município é penalizado por dois ou três, que têm a ver com o peso da dívida, sendo um deles o passivo por habitante e há mais um ou dois que dizem respeito à dívida. De resto, disse, em todos os outros indicadores o município ficou muito bem classificado e por isso ficou em quinto em relação à eficiência da gestão: por exemplo, tivemos uma execução perto dos cem por cento do Plano e Orçamento e uma redução significativa do prazo médio de pagamento, entre outros. Disse, depois, considerar que do ponto de vista financeiro, a Câmara já chegou a um ponto que é só uma questão de tempo para se atingir um outro objetivo que é sair do excesso de endividamento. Este objetivo, referiu, depende de duas coisas, por um lado depende da capacidade de continuar a reduzir o endividamento e por outro lado depende das receitas. Disse, depois, que se pode vir a acelerar este processo se na transferência de competências houver

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

um aumento significativo das transferências e, se isso for assim, mais rapidamente se conseguirá sair do excesso de endividamento. Referiu que se se consultar o sítio da internet da DGAL, pode ver-se que o Município de Alfândega da Fé já não está no nível designado de equilíbrio estrutural, ou seja, a forma mais grave de desequilíbrio financeiro, sendo que o Município já não está nessa fase, já passou para a outra menos grave. -----

----- Seguidamente, a Senhora Presidente da Câmara pediu a todos os membros que tenham interesse para se inscreverem no projeto-piloto designado Netefficity. Referiu que já foi divulgado o Regulamento para as pessoas se poderem candidatar, através da Info, sendo selecionadas cinquenta pessoas. Disse que as pessoas que aderirem a este projeto (têm que ser do Concelho) vão ter acesso a um equipamento para monitorizar os consumos mesmo à distância, uma aplicação que pode ter no telemóvel e em qualquer local podem saber se em casa naquele momento está a haver consumo de energia elétrica e que tipo de consumo. Referiu que podem também fazer planeamento à distância, dando como exemplo, ligar o aquecimento antes de chegar a casa, ligar a máquina de lavar em determinada hora, ou seja, podem fazer essa programação. A Senhora Presidente da Câmara explicou depois, que este projeto é promovido por um consórcio, que tem um comercializador de energia, que é a Energia Simples, que tem uma empresa de soluções tecnológicas que é a Virtual Power Solutions e que tem um grupo de investigação do ISEG que vai acompanhar o projeto todo. Continuando, referiu que as pessoas que forem selecionadas vão ter informações sobre como é que pode, por exemplo, eventualmente, reduzir a sua fatura energética e põe-se a possibilidade de haver descontos nas faturas, que derivam de uma outra parte do projeto, que é importante, é que vão ser instalados painéis fotovoltaicos que vão produzir energia para autoconsumo dos edifícios municipais. Disse, depois, que a Câmara já trabalha com uma das empresas que é a Energia Simples, que já tinham colocado painéis fotovoltaicos nos edifícios do município, mas nessa fase do projeto os painéis fotovoltaicos produziam e introduziam na rede porque não havia possibilidade do autoconsumo, mas agora vai ser possível consumir essa energia, o que significa que se vai reduzir a fatura energética dos edifícios municipais. Explicou, depois, que no fim-de-semana em que os edifícios estão fechados e vai continuar a ser produzida a energia, a mesma vai para a rede e traduz-se num crédito que pode ser distribuído como descontos nas faturas dos munícipes que aderirem ao projecto. A Senhora Presidente da Câmara referiu de seguida que isto é um projeto de investigação e de teste no terreno, que vai estudar a possibilidade de em pequenas comunidades como a nossa, terem micro-redes, ou seja, partilhar energia entre edifícios, produzir a própria energia e poder ser sustentável do ponto de vista energético. Disse que é uma tendência que já não é completamente nova, já há várias investigações feitas em vários países, principalmente na Alemanha, que é quem está à frente nesta matéria, e esta empresa tem estado nessa investigação sendo o nosso Município escolhido como parceiro juntamente com o de Penela. -----

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Luís Terêncio, dizendo que tem uma dúvida, que não sabe se a Senhora Presidente estará neste momento em condições de poder responder, que é, há um regulamento, há um número de inscrições ilimitadas, são selecionadas cinquenta pessoas, quais são os critérios que existem para essa seleção. -----

----- A Senhora Presidente explicou que nos termos do Regulamento as condições de participação são: ser residente no Concelho de Alfândega da Fé, abastecimento doméstico em baixa tensão monofásica ou trifásica com potência até 13,6 kW, ligação fixa à internet e responder a um pequeno questionário disponibilizado no formulário de candidatura. Explicou, depois, os benefícios contidos no regulamento, designadamente, acesso a um equipamento inteligente de monitorização de controle dos equipamentos da residência, apoio na análise dos dados recolhidos com o objetivo de

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

promover a otimização de consumos e conseqüente redução dos custos da fatura elétrica, acesso opcional a um plano tarifário de energia elétrica exclusiva para o projeto, acesso a benefícios da partilha da produção local para os participantes aderentes ao plano referido anteriormente, participação num projeto inovador de demonstração de novos modelos de partilha da produção local da comunidade. -----

----- Posteriormente, a pedido da Senhora Presidente da Câmara usou da palavra o Senhor Deputado Ricardo Pimentel, considerando o facto de trabalhar na área da energia elétrica, tecendo alguns comentários relativamente ao projeto. O Senhor Deputado Ricardo Pimentel referiu que esteve presente na apresentação do projeto e, explicando do que se trata, disse que se vai mudar o contador e o que se tem neste momento deixa de ser o contador habitual que as pessoas têm e passa a ser um contador que está ligado à internet e as pessoas através desse contador conseguem ver os consumos, monitorizar melhor a sua casa e a instalação. Em termos de potência tem que se ter o mínimo que está no regulamento, e o operador de rede que vier a ser, a EDP ou outro, tem que ver a potência que se adequa à casa. Disse que agora ainda é uma situação que está em fase de desenvolvimento, porque isso vai acontecer, a própria EDP vai mudar todos os contadores. Disse que a situação vai ser boa mas não é para toda a gente, pois entende que deverá haver alguma calma, mas que é uma boa opção, mas com o tempo, as tecnologias vão avançando e vai-se melhorando. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara referiu, depois, que se vai ter acesso a dados através de um portal, da visualização de dados dedicados à comunidade, ou seja, todos os resultados do projeto vão estar num portal em que toda a gente pode acompanhar. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal perguntou quem faz a seleção dos candidatos, tendo a Senhora Presidente da Câmara informado que é o consórcio. -----

2. COMISSÃO PARA A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DO CONCELHO DE ALFÂNDEGA DA FÉ - RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES E AVALIAÇÃO DO ANO DE 2016 – PARA CONHECIMENTO:

----- Por sugestão da Senhora Presidente da Câmara, que mereceu a concordância de todos os membros, o assunto em epígrafe foi retirado e será agendado para a próxima sessão ordinária, de modo a estar presente um membro da Comissão, para prestar eventuais esclarecimentos. -----

3. REVISÃO AO ORÇAMENTO 2017:

----- Relativamente ao assunto supra mencionado, usou da palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, começando por referir que se trata de uma questão bastante simples, é uma revisão do Orçamento mais do lado das rubricas, não vão ser alterados os valores do Orçamento nem da despesa. Por lapso, disse, houve duas situações que não foram devidamente salvaguardadas quando foi feito o Orçamento, ou seja, do lado da despesa há uma rubrica, nomeadamente, da Assembleia Municipal que é preciso fazer uma subdivisão da mesma, e do lado da receita é preciso criar uma rubrica para a questão do IMI que não foi prevista. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio interveio, perguntando se quando o Senhor Vice-Presidente disse por lapso, se tem a ver com alguma alteração legislativa ou internamente não foram colocadas nas rubricas corretas esses valores. O Senhor Vice-Presidente da Câmara referiu que nos últimos anos têm havido algumas alterações em contabilidade do POCAL e a DGAL tem vindo sempre a atualizar esses alertas e que os municípios adotam essas alterações. Efetivamente, disse, o nosso município fez essas alterações no Orçamento, por lapso, não se procedeu à subdivisão da Assembleia

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Municipal, mas que foi agora, de facto, detetado e, no caso do IMI, não foi criada a rubrica 010202 que também foi por lapso, porque o Município estava a fazer conforme sugere a DGAL. -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **maioria**, dos vinte e cinco Deputados presentes, com vinte e quatro votos a favor e uma abstenção, do Senhor Deputado Pedro Morgado, aprovar a Revisão ao Orçamento. -----

----- **4. PROJETO DA 2ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL:**

----- Sobre o assunto, a Senhora Presidente da Câmara referiu que esta alteração tem a ver com uma atualização do Regulamento e surge na sequência de ajustes ao funcionamento interno e à gestão documental, passando também a não estarem previstas quaisquer taxas associadas aos serviços da Biblioteca, nomeadamente, taxas por tirar fotocópias entre outras coisas, até porque havia aqui problemas de quem poderia receber dinheiro, porque nas Câmaras, nem todas as pessoas podem lidar com dinheiro, quem o pode fazer são as pessoas que trabalham na Tesouraria e as que fazem cobranças, recebendo por isso abono para falhas como a lei determina. Disse que se decidiu simplificar e tirar essas taxas, que eram ínfimas e reduzidas e que não tinha qualquer interesse manter, até porque o valor mensal recebido seria em média dez a vinte euros, e a quem ficasse responsável pelo recebimento teria de lhe ser pago oitenta euros de abono para falhas. -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto quatro à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e cinco Deputados presentes, aprovar a alteração em epígrafe. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- De seguida, a Senhora Presidente da Câmara pediu para dar uma informação, começando por dizer que vão ter início as obras da reabilitação urbana do espaço público. Disse que vão haver algumas modificações no trânsito, a Comissão de Trânsito vai analisar o assunto e a Câmara irá informando as pessoas, principalmente os interessados que são as pessoas que moram naquela zona. Explicou que a intervenção vai desde a intervenção que terminou junto ao Adro da Igreja, continua com o mesmo formato até ao fundo da Vila, vai apanhar duas ruas, o adro todo e algumas transversais, e isso vai implicar alguma perturbação no trânsito, mas a Comissão de Trânsito irá acompanhar a obra com o empreiteiro, de forma a haver o mínimo transtorno possível. -----

----- Foram aprovados, em minuta, todos os pontos da ordem de trabalhos, que vão produzir efeito desde imediato. ---

----- A ata em minuta foi aprovada **por unanimidade**, dos vinte e três votos membros presentes. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas dez horas e trinta e sete minutos, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda)

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

O Primeiro Secretário

(Maria Teresa Lavandeira de Araújo Pimenta Paçó)

O Segundo Secretário

(Domitila de Fátima Morais Branco)